coluna do
broadcast

E-MAIL: COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM
TWITTER: @COLUNADOBROAD

Com colete de brinde, XP tem recorde de TEDs do Itaú

"Faça como o Itaú, invista na XP". Foi com esse post em suas redes sociais que o fundador e presidente da XP Investimentos, Guilherme Benchimol, engajou os clientes do Itaú Unibanco a transferirem recursos para a maior corretora do País. Detalhe: o maior banco privado do Brasil é seu maior sócio. Em uma empreitada que envolveu até o famoso colete acolchoado da casa, item obrigatório da Faria Lima, Benchimol prometeu de brinde 5 mil dessas peças aos primeiros que fizessem transferências bancárias do Itaú para a XP. Deu certo: o estoque acabou na manhã de sexta. O post dessa promoção foi o de maior engajamento nas redes sociais da XP no ano. Em apenas um dia, o Itaú perdeu para a XP R$ 150 milhões e houve recorde diário de TEDs originadas do Itaú.

NASDAQ-11/12/2019



» Trem azul. Os endereços ao redor das linhas azul e verde do metrô de São Paulo são os mais procurados por quem avalia comprar uma residência na cidade de São Paulo. Na sequência vêm locais próximos às linhas amarela, lilás e vermelha, de acordo com levantamento realizado pela plataforma de compra e venda de imóveis Apê11.

DANIEL TEIXEIRA/ESTADÃO-27/26/2020



» Baldeação. Os endereços mais desejados são os entornos das estações que fazem integração entre linhas, como são os casos dos estações Ana Rosa (azul-verde), Paraíso (azul-verde), Santa Cruz (azul-lilás) e Chácara Klabin (verde-lilás).

» Todos os gostos. Outro local que atrai muitos interessados por imóveis é a Vila Mariana. Embora ofereça menos opções de transporte em comparação a outros bairros, é uma região composta por casas, apartamentos, novos e usados, de estúdios a quatro ou mais dormitórios.

» Palmas. Em premiação com votos coletados antes de a credibilidade do IRB Brasil Re ir para o buraco, o ex-diretor financeiro do ressegurador, Fernando Passos, recebeu o reconhecimento de melhor diretor financeiro na categoria de instituições financeiras não bancárias, em ranking tradicional e elaborado pela Institutional Investor, recentemente divulgado. Passos é apontado como mentor de fraudes – como a venda de imóveis que levaram a bônus milionários.

» Bola de cristal. O ranking é feito por meio da coleta de votos entre gestores de fundos e analistas de corretoras de valores, com 604 profissionais. O resultado foi divulgado no fim de maio, quando a investigação estava a pleno vapor. A pesquisa foi feita meses antes, na época em que a ação do ressegurador ainda estava em céu azul.

» Pacotes. Terceira maior fabricantes de papel cartão do País, atrás apenas de Suzano e Klabin, a Ibema está exportando pela primeira vez 30% de sua produção. Houve incremento de 25% das vendas ao exterior entre janeiro e maio, em relação ao mesmo período do ano anterior.

» Bons ventos. Além do câmbio favorável a produtos brasileiros e do crescimento do comércio eletrônico em todo o mundo, que demanda mais embalagens, a Ibema fez investimentos em produção e na ampliação do portfólio e cortou custos para deixar os itens mais competitivos.

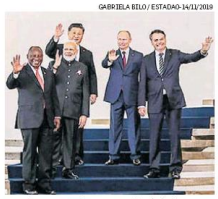
● Números

US$ 4 bi

pode ser o valor colocado à disposição do Brasil pelo Banco dos Brics, com a aprovação da sede da instituição no País

» Fluxo. O Brasil pode ter disponíveis mais de US$ 4 bilhões esse ano, parte deles para o combate à pandemia, com a chancela à criação de uma sede para o NDB, o Banco dos Brics, no País. A autorização foi obtida quinta na Câmara dos Deputados. O cálculo é do vice-presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), Sergio Gusmão Suchodolski, que representa 30 instituições brasileiras de fomento, entre eles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), do qual Suchodolski é também presidente.

GABRIELA BILO / ESTADÃO-14/11/2019



» Tá perto. Em operação há cinco anos, o Banco dos Brics deve aprovar no próximo mês US$ 1 bilhão em recursos ao combate à covid-19, enquanto outros US$ 500 milhões foram aprovados a projetos de infraestrutura este ano. O montante pode alcançar US$ 4 bilhões em 2020. "A autorização para a constituição de sua sede no Brasil abre a perspectiva de esses recursos serem desembolsados com maior celeridade, uma vez que a análise dos projetos vinha sendo feita a partir da sede em Xangai", diz.

FERNANDA GUIMARÃES, ANDRÉ VIEIRA, CIRCE BONATELLI E CRISTIANE BARBIERI

CELSO MING



E-MAIL: CELSO.MING@ESTADAO.COM

Renda mínima: os casos do Alasca, Irã e Maricá

A proposta de criação de uma renda mínima a cargo do Estado não é nova e, apesar de sua aparência revolucionária, foi elaborada por uma das mais expressivas autoridades do liberalismo econômico e um dos maiores nomes da Escola de Chicago, o monetarista Milton Friedman, guru do atual ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes. Nos anos 60, Friedman propôs o Imposto de Renda negativo: quem não atingisse determinado nível de renda passaria a ter direito à transferência de recursos do Tesouro.

O alastramento do desemprego e, agora, os efeitos da pandemia sobre o poder aquisitivo do trabalhador esquentaram o debate sobre a instituição de mecanismos de distribuição dessa renda básica, também para garantir a sobrevivência das empresas.

Portanto, essa não é uma demanda socialista ou social-democrata. A sobrevivência do regime capitalista e do mercado de consumo parece depender da adoção de um sistema assim. O problema não é doutrinário, mas prático: como financiar um projeto desses numa paisagem de Tesouros quebrados.

Mais ainda, depois de décadas de debates sobre o tema, não se sabe até o momento como montar um sistema desses que seja sustentável. As experiências globais são poucas e de âmbito restrito.

A primeira delas aconteceu no Estado do Alasca (Estados Unidos), em 1982, que utilizou os royalties do petróleo para criação de um fundo que deu cobertura para uma rede de proteção básica. Esse fundo conta hoje com um patrimônio de US$ 62 bilhões, que transfere US$ 1 mil por ano para os 580 mil habitantes do Estado.

Outra dessas tentativas surgiu no Irã. Em 2010, o governo revogou um antigo e custoso programa de subsídios que beneficiava o setor do petróleo. O efeito imediato foi a alta da energia elétrica e dos combustíveis. Parte desses recursos foi canalizada para prover uma renda de US$ 40 para todas as famílias. O programa foi muito prejudicado a partir de 2013, pelo boicote comercial e pela inflação. Hoje, contempla cerca de 18 milhões de famílias (90% da população), mas o benefício caiu à metade.

O mais sugestivo exemplo mundial não está no Hemisfério Norte nem no Oriente, mas aqui ao lado, como bem lembrou o colunista do **Estado** Pedro Fernando Nery na edição do último dia 16. O município de Maricá, no Estado do Rio, distribui desde 2013 a Renda Básica da Cidadania, coberta por 10% da receita de royalties e da participação especial do pré-sal que hoje provém do

MARCOS MÜLLER/ESTADÃO



Campo de Lula. No município, 42 mil dos 161 mil habitantes têm direito ao extra de R$ 300 por mês. Devem comprovar moradia na cidade por mais de três anos e renda não superior a três salários mínimos por mês. O patrimônio do fundo que sustenta o projeto atinge hoje R$ 270 milhões e tem por objetivo chegar a R$ 2 bilhões em 2028.

Assim, um município pequeno tornou-se estrela mundial na categoria, num país já reconhecido pelo sucesso do Bolsa Família. Uma das sacadas do programa foi a criação de uma moeda digital chamada mumbuca. É administrada por um banco comunitário homônimo e mantém paridade de 1 por 1 com o real. Serve para pagamentos também dentro do município. Essa moeda foi o jeito encontrado para evitar que a população gastasse os recursos em cidades vizinhas. De quebra, incentiva o comércio local e ajuda na arrecadação.

Um dos temores dos estudiosos do caso Maricá é o efeito dessa renda sobre o comércio local. O Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o instituto de pesquisas americano Jain Family Institute (JFI), começou a se debruçar sobre o tema apenas neste ano.

A experiência da Finlândia não é relevante porque teve caráter temporário, usada apenas como teste. E a da Noruega, inspiração de Maricá, não pode ser considerada programa de renda mínima, porque o fundo formado por parte dos royalties obtidos com o petróleo do Mar do Norte destina-se a ajudar na cobertura da previdência social, e não para o poder aquisitivo do trabalhador de baixa renda.

Mas os exemplos do Alasca, do Irã e de Maricá apontam para uma grande fragilidade. Baseiam-se nas receitas do petróleo, produto sujeito a enormes distúrbios geopolíticos (caso do Irã) e de mercado (como agora na pandemia). Afora isso, dentro de mais alguns anos, *bye-bye* era do petróleo -- embora o subsolo global ainda possa conter jazidas gigantescas de óleo e gás.

Assim, as discussões sobre uma fonte sustentável para a cobertura de programas de renda mínima continuam abertas. / **COM GUILHERME GUERRA**

Alto Escalão

LUANA PAVANI | E-MAIL: LUANA.PAVANI@ESTADAO.COM

Levy vai para o Safra



ADRIANO MACHADO/REUTERS

O ex-ministro da Fazenda e ex-Banco Mundial Joaquim Levy está agora no Banco Safra, como diretor de Estratégia Econômica e Relações com Mercados.

» Maersk. Robbert van Trooijen é o novo Diretor Geral para a América Latina e Caribe, no lugar de Lars Nielsen, que assume Liner Operations Cluster nas Américas.

» XP Private. Marina Cançado chega como líder de Sustainable Wealth. E Sergio Mattar (ex-Santander) terá foco em clientes ultramilionários e bilionários (Ultra High Private Banking).

» Mineração Morro do Ipê e do Porto Sudeste. Jayme Nicolato é o novo CEO, vindo da Ferrous Resources.

» Olist. Bruno Martins (ex-Grupo Globo) assume como CTO da startup.

» Ingenico. Leonardo Chaves (ex-4ward) foi contratado como novo Diretor de Vendas para Cone Sul.

» Grupo IBS Energy. Promovido a diretor geral Luiz Mello, antes diretor financeiro.

» SonicWall. Edilson Cantadore passa a liderar o time técnico para América Latina e Caribe.

» Grupo DPSP. A rede de Drogarias Pacheco e Drogaria São Paulo tem novo diretor para a área de Tecnologia: Cristiano Hyppolito (ex-Dafiti, Dotz e Cinemark).

» Domino's Pizza. Fernando Dias Soares, ex-VP da ABInbev no México, assume como CEO, no lugar de Carlos Eduardo Martins, sócio da Vinci.

» Ecorodovias. A Ecorodovias elegeu Marco Antônio Cassou presidente do Conselho de Administração.

Editorial Econômico

Certificado verde para a agricultura sustentável



No mesmo dia em que 29 instituições financeiras de todo o mundo responsáveis por US$ 3,75 trilhões em ativos oficializavam a ameaça de cortar investimentos no Brasil se "o desmantelamento de políticas ambientais" não for revertido, o Ministério da Agricultura lançava em parceria com a Climate Bonds Initiative (CBI) o Plano de Investimento para a Agricultura Sustentável.

A CBI é uma das certificadoras de títulos verdes mais reputadas do mundo. Após consultas com o setor agropecuário, foi desenvolvido um protocolo específico para o Brasil. Empresas e produtores rurais que comprovarem boas práticas ambientais, sociais e de governança poderão emitir títulos de dívida a serem adquiridos por investidores.

As emissões de títulos verdes estão em franco crescimento no mundo, chegando a US$ 260 bilhões em 2019. O Brasil é o segundo maior mercado da América Latina, somando quase US$ 6 bilhões em títulos. Ainda assim, é um mercado incipiente, levando em conta que o capital de giro para movimentar atividades agropecuárias se aproxima de US$ 100 bilhões por ano, fora a produção de insumos, logística, industrialização e comercialização, que também podem ser contempladas pelo programa.

A agropecuária brasileira, além de ser a segunda maior exportadora do mundo, em vias de se tornar o primeira, é uma das mais sustentáveis. Dois terços do território nacional são de vegetação nativa, e tecnologias de integração lavoura-pecuária-floresta vêm viabilizando a utilização de áreas degradadas para aumentar a produtividade sem novos desmates.

O Brasil tem perdido a batalha de comunicação contra o lobby protecionista de concorrentes estrangeiros. Pior: dia sim e outro também, o próprio Planalto marca gols contra, não só pelo descaso com os desmatamentos, mas pela insistência em hostilizar a causa ambiental para agraciar sua militância ideológica.

Esta esquizofrenia na administração federal precisa acabar – se a obrigação legal e moral de proteger o bioma nacional não fosse suficiente, o pragmatismo econômico o exige. Não é tolerável que enquanto seus protagonistas mais responsáveis, como a ministra da Agricultura, se mobilizem para apagar incêndios – literal e figurativamente –, outros – a começar por ninguém menos que o próprio presidente e seu ministro do Meio Ambiente – sigam riscando fósforos.



PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PRESSREADER © 2020 - 2020-06-28
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW
pressreader